

*O INVENTOR PARAENSE VS. O
HERÓI DA ARMADA: A
CONTROVÉRSIA ENTRE JOÃO
FRANCISCO DE MADUREIRA PARÁ E
LUIZ DA CUNHA MOREIRA NO
ARSENAL DA MARINHA DO RIO DE
JANEIRO-1825-1831*

*The Paraense Inventor Vs. The Armada Hero: The
Controversy between João Francisco de Madureira Pará
and Luiz da Cunha Moreira at the Arsenal of the Navy in
Rio de Janeiro - 1825 - 1831*

Bruno Carlos Oliveira Neves

O INVENTOR PARAENSE VS O HERÓI DA ARMADA: A CONTROVÉRSIA ENTRE
JOÃO FRANCISCO DE MADUREIRA PARÁ E LUIZ DA CUNHA MOREIRA NO
ARSENAL DA MARINHA DO RIO DE JANEIRO-1825-1831

*THE PARAENSE INVENTOR VS THE ARMADA HERO: THE CONTROVERSY
BETWEEN JOÃO FRANCISCO DE MADUREIRA PARÁ AND LUIZ DA CUNHA
MOREIRA AT THE ARSENAL OF THE NAVY IN RIO DE JANEIRO - 1825 - 1831*

Bruno Carlos Oliveira Neves¹

RESUMO

Este trabalho versa sobre a controvérsia entre o inventor paraense, João Francisco de Madureira Pará, e o, à época, Intendente do Arsenal da Marinha, Luiz da Cunha Moreira, no Rio de Janeiro, entre os anos de 1825 e 1831. Olhando todo o desenrolar da controvérsia pelo prisma da Teoria Ator-Rede, criada pelo sociólogo francês Bruno Latour, e pela Cartografia das Controvérsias, do italiano Tommaso Venturini, buscamos descobrir e entender todas as relações sociais estabelecidas pelo inventor na tentativa de se estabelecer como um letrado, dotado de conhecimentos técnicos, tentando convencer possíveis aliados de que sua invenção realmente funcionava, enquanto enfrentava a dura oposição do “Herói da Armada”. Nas controvérsias que envolvem a fabricação da “Máquina para o Melhoramento da Navegação” e nas relações pessoais de seu inventor, podemos analisar as várias tentativas do inventor de mudar seu status por meio de mercês e patentes. Falaremos também, no decorrer da escrita sobre temas como ciência, tecnologia, desenvolvimento, para uma melhor compreensão sobre este caso em especial, e dessa forma, poderemos entender melhor os embates e as controvérsias geradas pelo trabalho caótico de João Francisco de Madureira Pará, inventor sem formação e com poucos conhecimentos técnicos, em sua busca por algo muito maior que a melhoria da navegação.

Palavras-chave: Inventos; Amazônia; Navegação; Ator-rede.

ABSTRACT

¹ Mestrando em História-UFPA, bolsista CAPES. Belém, Pará, Brasil. Endereço para correspondência: Rua Domingos Marreiros 223, Vila Cristina casa 55, Umarizal, Belém, Pará, Brasil, CEP: 66055-210. ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-2266-804X> Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4009119384473603> E-mail: neves.b.c.o@gmail.com. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

This work deals with the controversy between the inventor from Pará, João Francisco de Madureira Pará, and the, at the time, Intendant of the Arsenal da Marinha, Luiz da Cunha Moreira, in Rio de Janeiro, between the years 1825 and 1831. throughout the course of the controversy through the prism of the Actor-Network Theory, created by the French sociologist Bruno Latour, and by the Cartography of Controversies, by the Italian Tommaso Venturini, we seek to discover and understand all the social relations established by the inventor in an attempt to establish himself as a literate, endowed with technical knowledge, trying to convince potential allies that his invention really worked, while facing harsh opposition from the “Hero of the Armada”. In the controversies surrounding the manufacture of the “Machine for the Improvement of Navigation” and also in the personal relationships of its inventor, we can analyze the inventor's various attempts to change his status through favors and patents. We will also talk, in the course of writing, on topics such as science, technology, development, for a better understanding of this case in particular, and in this way, we will be able to better understand the clashes and controversies generated by the chaotic work of João Francisco de Madureira Pará, inventor without training and with little technical knowledge, in their search for something much greater than improving navigation.

Keywords/Palabras clave: Inventions; Amazon; Navigation; Actor-network.

INTRODUÇÃO

Durante séculos, a História se ocupou dos feitos dos grandes homens, retirados dos documentos oficiais e elevando-os à posição de exemplos a serem seguidos. Imperadores, Reis, Príncipes, Ministros e outras “classes” superiores tiveram suas histórias de vidas, suas grandes batalhas e seus momentos de heroísmo contados por historiadores que se preocupavam com o positivo da história, com o exemplo que deveria ser dado para as gerações seguintes.

Entretanto, a historiografia se cansou dos grandes homens, dos documentos oficiais e partiu para novos campos, com novos olhares e novas formas de se ver, ler e escrever a historiografia. Ela se afastou dos grandes e pousou seu olhar no homem comum; Ao invés do Imperador, um moleiro, no lugar do Papa, um monge, em uma busca para responder aos anseios da História, e às suas novas perguntas, seus novos problemas e suas novas abordagens.

Deste modo, o indivíduo é, ao mesmo tempo, ator crítico e produto de sua época, seu percurso iluminando a história por dois ângulos distintos. Um explícito, pela iniciativa voluntária

do observador que propõe uma análise da sociedade na qual o personagem está inscrito. O outro, implícito, avaliado no percurso do personagem que ilustra, por sua vez, as tensões, conflitos e contradições de um tempo, todos essenciais para a compreensão do período. Neste caso, o indivíduo encarna, ele mesmo, tais tensões.

Se por um lado temos a possibilidade de analisar toda uma sociedade, e sua cultura, a partir de um indivíduo, por outro temos o grande desafio; como analisar este mundo de inventos e inventores e suas relações com os outros e, principalmente, com os seus objetos tecnológicos?

TEORIA E METODOLOGIA

Para tentar responder essa questão, e outras mais que surgirão no decorrer deste artigo, utilizaremos a Cartografia das Controvérsias, metodologia advinda das Ciências Sociais, que nos dá a possibilidade de acompanhar os rastros deixados por pessoas e objetos e que nos revela o tamanho e a força das redes, grupos sociais, em formação.

A Cartografia das Controvérsias tem suas bases na obra *Reagregando o Social* (2012), do sociólogo francês Bruno Latour. Reunindo em um único livro mais de 20 anos de trabalhos de pesquisas dele e de diversos outros sociólogos de várias partes do mundo, Latour nos apresenta, de forma introdutória a Teoria Ator-Rede (TAR), uma nova abordagem em pesquisa social que busca fugir do antropocentrismo, dando atenção especial para objetos e coisas, preferencialmente tecnológicas. Na TAR, os objetos são mais do que simples ferramentas a serem utilizadas pelos atores principais da história, os homens. As reflexões sobre a TAR de Latour (1988), Callon (1986) e Law (1987) visam restaurar a capacidade dos pesquisadores em desenvolver novas visões da composição social, descobrindo a existência coletiva, nada mais do que aquilo que chamamos de sociedade.

Ao tentar estabelecer uma forma mais acessível da TAR, o italiano Tommaso Venturini (2010), que foi assistente de Latour, criou a Cartografia das Controvérsias e que, segundo ele, é um

exercício de elaboração de meios de se observar e descrever as relações e as formações das redes na TAR, tirando um pouco do peso dos conceitos que servem como base para a mesma. No entanto, ele nos alerta que a Cartografia não é uma versão simplificada da TAR e nem se destina a facilitar a investigação. Para ele, a tarefa de observar e descrever, ao mesmo tempo, propostas pelo método é muito complexa.

Quanto à definição de “Controvérsia”, Venturini (2010) afirmou perceber que a definição dada por ele e por Latour é muito vaga. Isso porque a Cartografia não está muito interessada em definir estritamente seus objetos. A promessa é demonstrar que o método pode ser aplicado aos mais diversos fenômenos sociais. Em uma definição mais direta, ele afirma que uma “Controvérsia” é uma situação em que os atores discordam, ou melhor, concordam em suas diferenças. É um lugar privilegiado para observar o mundo social em sua produção, onde os atores se tornam mais visíveis. É o momento ideal para que se vejam as circulações institucionais, as mediações, composição dos grupos de apoio e de antagonismo, as relações de poder e todos os conflitos, antes que a “caixa preta se estabilize”, ou seja o objeto tecnológico seja terminado.

Dessa forma, podemos dizer que a Cartografia das Controvérsias nada mais é que um conjunto de técnicas utilizadas para explorar, estudar e compreender as polêmicas que surgem em determinados grupos e as suas movimentações e mediações. De forma sempre cuidadosa e tendo respeito com todos os atores envolvidos, o trabalho do pesquisador cartógrafo é deixar cada um dos atores falar e descrever todas as suas ações. E a atenção do pesquisador deve estar voltada para perceber todas as associações e as relações que se formam através das diversas dimensões que compõem a vida social.

Tommaso Venturini teve um grande trabalho para documentar de maneira esclarecedora o método da Cartografia das Controvérsias, escrevendo dois importantes artigos, o primeiro se chama *Diving in magma: how to explore controversies with actor-network theory (2010)*, onde ele discute como observar e desdobrar a complexidade das controvérsias, através da Teoria Ator-Rede. O

segundo artigo se chama *Building on Faults: How to represent controversies with digital methods*, nele, Venturini (2012) apresenta algumas técnicas descritivas para que os pesquisadores utilizem com o objetivo de ordenar a complexidade das relações observadas.

Tomando como base as ferramentas de pesquisa desses dois artigos, é que falaremos sobre a vida, os inventos e as controvérsias nas quais se envolveu o inventor paraense João Francisco de Madureira Pará, logicamente, ele não é o personagem principal, afinal, todos aqui têm a mesma importância, mas, ele foi um dos que mais atuou, e com toda a certeza, foi quem colocou a rede em movimento em suas várias direções possíveis.

Tensões encarnadas, embates, lutas, batalhas de ideias e ideais, é o que observamos quando estudamos as relações de poder entre esses homens, quer sejam “heróis” ou “comuns”. Para tentar exemplificar melhor essas relações, vamos analisar neste artigo o embate, uma controvérsia, entre dois homens; Um que podemos chamar de *ilustre desconhecido* e outro que a antiga história diria que era um *grande homem*: O inventor paraense *João Francisco de Madureira Pará* e o idealizador da Armada Imperial, primeiro-ministro da Marinha do Brasil império, *Luiz da Cunha Moreira*. O principal campo de batalha desses dois homens é o Arsenal da Marinha do Rio de Janeiro, entre os anos de 1825 e 1831.

O INVENTOR PARAENSE: JOÃO FRANCISCO DE MADUREIRA PARÁ

Em uma das pontas desta rede está o *Ilustre Desconhecido*, seu nome é João Francisco de Madureira Pará. Nascido na província do Grão - Pará no dia 12 de outubro de 1797, foi abandonado na porta da casa da família Madureira, que o criaram como filho, apesar de todos os protestos de seu “pai adotivo”. Ensaçou tornar-se religioso, em 1818 virou funcionário público, amanuense da contadoria da Junta da Fazenda Real, seu trabalho era o de registrar e copiar, a mão,

os documentos da Junta².

Neste mesmo ano de 1818, morreu a sua mãe e o inventor recebeu como herança, a casa onde morou quando criança e um valor em dinheiro para se manter. Decidiu então, por conta própria e também para a melhoria de seu trabalho na Junta, construir uma “prensa” para imprimir os documentos e começou a trabalhar na fabricação de sua tipografia, escrevendo que:

...e animado de um verdadeiro patriotismo, e daqueles puros desejos com que devemos ser úteis a todos os nossos concidadãos, concebi o árduo projeto de arranjar uma tipografia, sem haver exercido arte ou ofício algum, não tendo jamais saído do meu país natalício, tendo só por companheiros a minha fraca indústria e assídua vontade de ser útil (PARÁ, 1822).

Mesmo com todo o investimento, onde provavelmente gastou todo o dinheiro deixado por sua mãe, Madureira Pará ainda precisou de ajuda para, finalmente, colocar a tipografia em funcionamento, recorrendo a outros participantes da “Adesão” e o tal “Requerimento Impresso ao Governo” entrou para a História como o primeiro documento impresso no Pará e, talvez, seja a única prova de que tal tipografia realmente existiu, pois, Madureira Pará não faz nenhuma descrição de sua “Máquina”, com exceção de uma “pessa de aço” que foi feita no Trem de Guerra, armazém militar então instalado nas dependências da Igreja das Mercês em Belém, que servia também como fundição.

Juntamente com o requerimento para o governo, João Francisco imprimiu uma série de convites destinados às pessoas mais importantes da capital e foram apresentados no final de maio de 1821 e, Madureira Pará diz que em setembro, ele ainda não tinha nenhuma resposta do Governo. O texto do convite era o seguinte:

Os nobres sentimentos que caracterizam a muito estimável Pessoa de V.
S^a dignamente o constituem credor da minha lembrança na presente

² NEVES, Bruno C. O. *Do despotismo desmascarado à verdade denodada: a tipografia de João Francisco de Madureira Pará e a gênese da imprensa no Grão-Pará no século XIX (1808 – 1825)*. Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade Federal do Pará, 2014.

ocasião em que me é forçoso submeter ao bom critério, correção e censura de pessoas inteligentes a primeira Demonstração de uma Prensa, que ora acabo de levantar em benefício desta Província por ocorrer a vergonhosa falta que dela temos tão sensivelmente experimentado desde o primeiro de janeiro passado (PARÁ,1822).

O requerimento foi entregue ao presidente interino, Dr. Antônio Corrêa de Lacerda no dia 28 de maio de 1821, em sessão oficial e na presença de todos os deputados que formavam a Junta de Governo e logo, ele e a Junta celebraram um acordo que garantia a licença de funcionamento de sua oficina tipográfica, a manutenção de sua licença de amanuense com o devido pagamento de seu salário e o pagamento de seus ajudantes, e em troca de tudo isso, ele seria o responsável por imprimir todo o expediente oficial da secretaria da Junta, com a promessa de que receberia um pagamento pela publicação dos documentos.

Temos que admitir que seria muito relevante analisar o formato e o funcionamento da tipografia de João Francisco de Madureira Pará mas, o fato dele não falar nada sobre e de não haver descrições da mesma também é importante por ser o “plantar” de uma segunda semente. Ao não falar sobre a sua máquina e apresentá-la já “em funcionamento” e apenas para alguns felizardos, que receberam um convite personalizado e impresso para ver a primeira demonstração da prensa, Madureira Pará, muito provavelmente, quis se esquivar de perguntas e de ter que dar maiores detalhes sobre o seu invento. E já que ele não nos fala como ela funciona e nem de que forma ela foi fabricada, vamos ouvi-lo falar o que ela, de fato, imprimia:

Tendo apos disto a satisfação de imprimir alguns papeis gratuitos para o expediente da Secretaria do mesmo Governo, e offerecer para mais de mil Impressos aos meus Compatriotas que derão-me testemunhos, de estima e amizade, e avaliando as minhas circunstancias de que tinham cabal conhecimento, e sem se eximirem prestarão-se a concorrência de huma espontanea Subscrição, com a qual pude reçarcir o que devia; e como já em Setembro não tivesse obtido Despacho algum do meu Requerimento, e attendendo as tristes circunstancias, em que via o fruto das minhas incansaveis applicações, e experiencias, que me obrigarão pelos estímulos da honra, a implorar a necessaria Licença para vir a Lisboa, a fim de gostar o auxilio de V. Magestade de que tantos se aprazem, em benefício da minha chara Patria; e ao mesmo tempo instrui-me no mais facil mecanismo. e

preceitos geometricos, que seão anexos a huma Typographia, para assim poder com exactidão continuar no progresso da mesma (PARÁ, 1822).

Decidiu partir para Portugal com o objetivo de se aperfeiçoar no trabalho de tipógrafo e, após pouco mais de um mês de preparativos, o inventor paraense embarcou no brigue “Prazeres e Triunfos”, no dia 28 de novembro de 1821, rumo a Lisboa, abandonando sua cidade natal. Raymundo Cyriaco da Cunha, um dos poucos historiadores que falaram sobre a vida de Madureira Pará em um livro publicado em 1871, diz que o navio no qual ele viajava para Portugal quase sofreu um naufrágio, e ele decidiu trabalhar em outro invento, um motor que fizesse um navio navegar sem vento, sem ondas e sem vapor, uma máquina que faria com que as embarcações navegassem em linha reta, com qualquer vento, sem qualquer dificuldade mesmo nas entradas e saídas dos portos, sem vento e sem vapor nas calmarias, utilizando para isso o ar comprimido, invento este que, supostamente, ele já tinha idealizado quando ainda estava em Belém.

Em algum momento da sua estadia em Portugal, Madureira Pará decidiu interromper seus trabalhos como tipógrafo, talvez pelo fato de ter tido conhecimento da implantação da tipografia de Felipe Patroni no Pará. Quando o inventor foi apresentado ao Rei D. João VI conseguiu favores que o possibilitam pôr em prática um novo projeto, então ele fez um requerimento para a Junta do Comércio Português, registrando em 1822 as peças que comporiam a sua “Máquina para o Melhoramento da Navegação”.

Após isso, fabricou um modelo em escala de sua máquina, que foi montado em uma pequena embarcação e foi experimentada na quinta do Marquês de Fronteiras, com grande público presente, inclusive o Doutor Clemente Alvares de Oliveira Mendes e Almeida, que era o encarregado dos negócios do Brasil no Reino, “sendo este quem lhe prestou a devida atenção e proteção e convidou várias pessoas de saber para assistir o experimento” (PARÁ, 1830).

Contudo, foi neste momento que o Brasil se tornou independente de Portugal, em setembro de 1822, e menos de um ano depois, em agosto de 1823, o Grão-Pará aderiu à independência

brasileira. Isto fez com que muitos brasileiros e paraenses que estavam no reino passassem por dificuldades e precisassem recorrer à coroa portuguesa para conseguir retornar aos locais de origem.

Com Madureira Pará não foi diferente, de repente ele se viu sem o auxílio financeiro que recebia de sua província e, pela falta de dinheiro, acabou tendo que se mudar para uma região distante de Lisboa. Restava ao inventor apenas a opção de deixar Portugal e voltar ao Brasil, mas ele não desistiu de seu novo invento e com um novo plano traçado, ao invés de retornar ao Pará, o inventor paraense desembarcou na cidade do Rio de Janeiro no dia 05 de junho de 1825³

E foi assim, apoiado pela constituição e pelo Imperador D. Pedro I, que lhe deu todos os meios necessários, após assistir um teste feito com a Máquina que o inventor já havia experimentado em Portugal,⁴ que Madureira Pará buscou concretizar, a partir de 1825, seu invento mais grandioso na capital do Império do Brasil.

Entretanto, suas ideias e sua forte convicção na viabilidade de seu invento fizeram com que ele fosse inserido no complicado sistema político do Primeiro Reinado, o que lhe garantiu um rol de opositores que fizeram de tudo para execrá-lo e iriam persegui-lo com o objetivo de não deixar que ele terminasse a sua obra.

O maior de todos esses opositores demora a ganhar nome e rosto nas fontes, só aparecendo quando já causou inúmeros problemas para o inventor paraense, tornando-se juiz, júri e executor da sentença que irá colocar fim nas pretensões de Madureira Pará. Nas fontes, ele é chamado de Inspetor do Arsenal, depois torna-se o Intendente da Marinha, mas o nome do antagonista do inventor paraense é Luiz da Cunha Moreira.

O HERÓI DA ARMADA IMPERIAL - LUIZ DA CUNHA MOREIRA

O Almirante Luís da Cunha Moreira, futuro Visconde de Cabo Frio, foi o primeiro-ministro

³ http://memoria.bn.br/DocReader/094170_01/5363.

⁴ <http://memoria.bn.br/DocReader/706744/742>.

da Marinha do Brasil independente⁵, quando ainda era chamada de Armada Imperial. Nascido na Bahia, no dia 1 de outubro de 1777, Luiz da Cunha Moreira participou da conquista da Guiana Francesa, em resposta à invasão de Portugal pelas tropas de Napoleão, fazendo parte da força invasora que tomou a capital, Caiena. Como Ministro, foi ele o responsável por organizar a primeira esquadra brasileira, instrumento fundamental utilizado pelo Governo Imperial para a consolidação da independência e manutenção da coesão do território brasileiro. Hoje em dia é considerado um herói nacional, com direito a possuir uma turma no Colégio Naval com o seu nome⁶ e medalhas comemorativas.

Em 1825, quando Madureira Pará chegou ao Rio de Janeiro, Luiz da Cunha Moreira fazia parte do Conselho Supremo Militar e de Justiça,⁷ ele já não era mais Ministro da Marinha, passou apenas um ano no cargo, de 22 de outubro de 1822 a 15 de novembro de 1823. Diferentes de alguns de seus antecessores e sucessores, ele foi novamente ministro apenas no governo de D. Pedro II, mas ocupou diversos outros cargos na Marinha Imperial, em dois deles, como Intendente da Marinha e Inspetor do Arsenal, ele entrou em rota de colisão com o inventor paraense.

É bem provável que, como Chefe de Esquadra, na época, Luiz da Cunha Moreira tenha assistido o teste feito por Madureira Pará da sua Máquina.⁸ Mas, não podemos afirmar se ele foi ou não contrário a sua construção “em ponto grande”, por ordem do Imperador.

Entretanto, ao analisar as fontes, podemos ver que existiu certa lentidão, falta de vontade para auxiliar o inventor. À primeira vista, parece tratar-se apenas da burocracia imperial, sempre apoiada em ofícios, reclamações, publicações em jornais e processos enviados à Câmara dos Deputados. Mas, já em 1826, com menos de um ano dos trabalhos iniciados, o inventor paraense já reclama que tais atrasos, além de dificultarem a finalização da Máquina, são provocados por

⁵ <http://memoria.bn.br/DocReader/749664/7604>.

⁶ <https://www.marinha.mil.br/cn/node/671>.

⁷ <http://memoria.bn.br/DocReader/828785/126>.

⁸ <http://memoria.bn.br/DocReader/706744/742>.

“inimigos” que o perseguem e fazem de tudo para impedir a conclusão da obra.⁹

As reclamações do inventor eram sempre endereçadas ao Ministro da Marinha e ao Imperador por meio de ofícios, que também eram publicados em alguns jornais da Corte. Esse procedimento, segundo Madureira Pará, havia sido solicitado pelo próprio Imperador que disse ao inventor que assim que algo lhe faltasse, ele deveria fazer uma publicação para que logo ele conseguisse agir.

Mas, para confirmar se tais faltas realmente ocorriam, tanto o Ministro quanto o Imperador recorriam ao Intendente da Marinha e ao Inspetor do Arsenal. O Intendente era o responsável por aprovar as compras de materiais para o Arsenal e nisso estava inclusa as compras feitas para a Máquina, já o Inspetor era responsável por observar se tais materiais comprados estavam realmente sendo usados para os fins.

A eclosão da Guerra da Cisplatina, que ocorreu entre os anos de 1825 e 1828, foi outro grande problema para Madureira Pará, pois atrasou ainda mais a fabricação da Máquina, já que quase todos os trabalhadores dos arsenais, Marinha e Exército, foram mandados para o sul do país. Os trabalhos foram bastante morosos até 1828 e a crise econômica que se seguiu à derrota do Império do Brasil na guerra trouxe diversos problemas para o inventor paraense.

Mas, tudo ainda podia piorar muito mais para o inventor paraense, pois foi em 1828 que Luiz da Cunha Moreira assumiu o cargo de Inspetor do Arsenal e logo depois o de Intendente da Marinha¹⁰. E ocupando estes dois cargos, ao mesmo tempo, ele começou uma terrível oposição ao inventor paraense e sua Máquina-Relógio.

OS EMBATES ENTRE O INVENTOR E O INTENDENTE

Um dos primeiros atos de Luiz da Cunha Moreira contra Madureira Pará foi deixar-lhe de

⁹ <http://memoria.bn.br/DocReader/749700/333>.

¹⁰ <http://memoria.bn.br/DocReader/706744/3749>.

pagar uma gratificação de 960 réis que recebia do governo, por meio de uma portaria publicada em 11 de agosto de 1825, pelo seu trabalho. Tal ordem não veio do Imperador ou do Ministro, que vai reclamar sobre tal ato apenas em 1830, quando tomará conhecimento dele¹¹. Era fácil para Luiz da Cunha Moreira cometer tais arbitrariedades, afinal ele era ao mesmo tempo Inspetor e Intendente, ocupava os cargos que deveriam se policiar e, dentro do Arsenal da Marinha, não tinha que dar satisfações de seus atos para ninguém que não fosse ele mesmo.

Tal relação de poder, tão desigual para o inventor paraense, praticamente selou seu destino e o do seu invento, afinal, como Madureira Pará, jovem inventor vindo de uma província distante, cujo único título de nobreza que possuía, a Cruz da Ordem de Cristo, dada a ele por D. João VI em Portugal, ele havia sido proibido de usar, sob o pretexto de ser de um rei “estrangeiro”, poderia enfrentar a oposição de um herói de guerra, criador da Armada Imperial e Ministro da Marinha à época das guerras de independência do Brasil, sendo comandante em chefe de Thomas Cochrane e do Almirante Greenfell, ele também era membro do Conselho Supremo Militar e de várias ordens de nobreza, como a Ordem da Torre e da Espada.¹²¹³

Restava à Madureira Pará apenas os meios usuais de reclamação para o Imperador e para o Ministro da Marinha, que pouco ou nenhum efeito surtiram em relação à conduta de Cunha Moreira, que continuava a atacar o inventor sem dó.

Outra investida dele contra o paraense se deu no início do ano de 1828 quando, de surpresa, o Imperador em pessoa apareceu com uma comitiva no armazém onde a Máquina-Relógio estava sendo montada no navio, tal visita foi articulada por Cunha Moreira com o intuito de mostrar ao monarca quão atrasada estava a obra e com isso fazer com que ele retirasse o seu apoio ao inventor. Não sabemos de que forma se deu tal visita, mas a carta escrita por Madureira Pará, endereçada ao Imperador, e publicada em um jornal, nos dá uma ideia de que aquele encontro marcou o início do

¹¹ <http://memoria.bn.br/DocReader/706744/6511>.

¹² <http://memoria.bn.br/DocReader/749664/256>.

¹³ <http://memoria.bn.br/DocReader/749664/257>.

fim da Máquina-Relógio e da sua reputação como inventor.¹⁴

Pelo conteúdo da carta, o Imperador exigiu que Madureira Pará revelasse o segredo do funcionamento da Máquina, o que o inventor se recusou a fazer e disse que “antagonistas” o perseguiram o tempo todo para lhe roubar tal segredo e impedir que a Máquina ficasse pronta. Acusou os mesmos antagonistas de pagarem para que alguém fizesse uma acusação de plágio contra ele, de ter roubado a ideia do invento¹⁵, chegou até a dizer que seus inimigos queriam a sua morte.

Há certo desespero na carta de Madureira Pará, mas não é com a sua morte física que ele está preocupado e sim com a morte da sua ideia, do seu invento e da sua reputação, sem a proteção do Imperador e os auxílios dados pelo antigo Ministro da Marinha, o Marquês de Paranaguá, ele está sozinho no mar bravio do Primeiro Império, agarrado a um navio que não navega e cercado por tubarões que querem o seu sangue, mas ele ganhou uma sobrevida até 1829.

Ele foi autorizado pelo novo Ministro da Marinha a contratar, por conta própria, os funcionários que são necessários para terminar a obra¹⁶, contanto que o navio ficasse pronto até o final daquele ano, com um teste definitivo do funcionamento da Máquina. Madureira concordou com a proposta, é o que lhe restava fazer após todos estes anos de trabalhos e problemas. O que o inventor não conseguiu perceber é que tal ato era ilegal, apenas o governo pode contratar funcionários para trabalhos no Arsenal, e isso deu mais munição ao seu verdadeiro antagonista, Luiz da Cunha Moreira, que não hesitou em usá-la para derrubar de vez Madureira Pará.

Não sabemos se, realmente, o teste final da Máquina-Relógio foi feito no ano de 1829, conforme a exigência do Imperador. As fontes são vagas e a única que afirma que houve o teste é de 1882. Mas, a sequência desta batalha entre o Inventor e o Inspetor nos indica que, se houve realmente o teste, ele foi mal-sucedido, o que foi péssimo para quaisquer pretensões que Madureira Pará pudesse ter e foi o momento em que Luiz da Cunha Moreira tentou dar o golpe final no

¹⁴ <http://memoria.bn.br/DocReader/706744/3789>.

¹⁵ http://memoria.bn.br/DocReader/094170_01/8839.

¹⁶ http://memoria.bn.br/DocReader/094170_01/8690.

inventor.

Até este momento não temos sequer uma hipótese que explique por que Luiz da Cunha Moreira queria acabar com os trabalhos da Máquina de Madureira Pará. Mas, os jornais já mostravam pequenos vislumbres dos motivos, uma nota no jornal Farol Maranhense¹⁷, em 1828, ao falar da demissão de Luiz da Cunha Moreira do cargo de Inspetor do Arsenal, fala que a demissão se deu por ele ter “não sei que relações...” e que ele fora nomeado Comandante da Companhia dos Guardas-Marinhas, talvez como “prêmio de consolação”.

Contudo, ao final de 1829, o retorno de um importante ator desta rede irá lançar uma nova luz sobre este embate, e nos mostrará, por meio de ofícios e dos jornais, quais eram as verdadeiras intenções do “Herói da Armada” em acabar com o “Inventor Paraense”.

Francisco Vilela Barbosa, o Marquês de Paranaguá, assumiu pela segunda vez o Ministério da Marinha no dia 04 de dezembro de 1829. Sua principal função desta vez foi fazer uma “devassa” nas contas do Ministério e cortar gastos após o fracasso retumbante da Guerra da Cisplatina. Coube ao Marquês de Paranaguá a responsabilidade de fazer a prestação de contas do Ministério da Marinha e que deveria ser apresentada a uma comissão de Deputados, e o que se verificou nas contas estarreceu até mesmo o velho ministro. As contas traziam gastos enormes, mas quase não havia nenhuma informação sobre como ou onde o dinheiro havia sido gasto. Quando havia trazia absurdos como o pagamento de 600 contos de réis para o pagamento de viagem para Europa de apenas uma pessoa, ou gastos feitos pela Intendência da Marinha brasileira para reforma dos navios de guerra de Portugal.

Era apenas uma questão de tempo que se chegassem às contas e aos valores gastos na máquina de Madureira Pará, e o primeiro ofício de Paranaguá, cobrando a prestação de contas dos trabalhos, chegou no dia 29 de dezembro do ano de 1829¹⁸. Nele, Paranaguá reclama ao Intendente Luiz da

¹⁷ <http://memoria.bn.br/DocReader/749958/213>.

¹⁸ <http://memoria.bn.br/DocReader/706744/6059>.

Cunha Moreira sobre o atraso no envio dos ofícios mensais acerca dos gastos, dizendo que somente em dezembro se prestou as contas de agosto e que, se isso continuasse, a obra sofreria inconvenientes como o não envio de valores para os próximos meses de trabalho, e que o atraso deveria ser logo corrigido para se evitar abusos e fraudes.

A resposta do Intendente acusava Madureira Pará de ser o responsável pelos atrasos na prestação, pois, segundo Luiz, nem mesmo o próprio inventor sabia qual era o montante mensal dos gastos e nem no que o dinheiro estava sendo gasto. Sem saber nada sobre este ofício de Paranaguá para o Arsenal, já que não recebeu uma cópia e nem foi informado pelo Intendente sobre ele, Madureira recebeu um ofício diretamente de Paranaguá, já em janeiro de 1830 e nele, o Ministro pediu que o inventor respondesse com urgência a três perguntas: O que lhe falta para concluir a obra? Quanto tempo será necessário para isso? Quanto será a despesa que ainda terá que se fazer para a conclusão?¹⁹

Luiz da Cunha Moreira, naquele momento, preparava novas acusações contra o paraense, para manchar de vez sua imagem com o Ministro e o Governo. Enquanto Madureira Pará se preparava para enviar as respostas solicitadas por Paranaguá, o Intendente enviou um documento do Pagador da Fazenda, responsável por pagar as jornadas dos operários que trabalhavam na máquina, ao Ministro e mostrando que, ao contrário do que mandava a lei do governo, era Madureira Pará que recebia todo o dinheiro e ele mesmo, e não o Pagador, quem distribuía o dinheiro entre os funcionários. E logo outros três ofícios do Ministro chegaram ao Arsenal.

No primeiro, Paranaguá manda cessar a entrega do dinheiro para Madureira Pará e diz que, daquele dia em diante, que fosse cumprida a lei de pagamentos do governo. No segundo, pede que seja verificado se nas contas que já foram enviadas estão incluídas as despesas debitadas nos orçamentos das repartições do Exército e da Fazenda. E no terceiro, pede que fosse verificado se nos dinheiros das férias do Arsenal estavam contempladas as despesas com a Máquina, já que tais

¹⁹<http://memoria.bn.br/DocReader/706744/6098>

despesas não constavam no orçamento do Arsenal enviado ao Ministério e o motivo de tal omissão²⁰.

Começavam a chegar ao conhecimento do Ministro vários ofícios de funcionários que trabalhavam na obra da Máquina–Relógio e que foram despedidos ou mandados para outros trabalhos, alegando que não receberam parte de suas jornadas e que foram despedidos pelo inventor, sem o conhecimento do governo.

Além disso, a resposta de Paranaguá acerca das reclamações dos funcionários despedidos levantou a suspeita contra o inventor de que ele não pagava o valor correto dos dias trabalhados para os empregados, e mandou que Luiz da Cunha Moreira pedisse explicações a Madureira Pará, pois não cabia a ele demitir os funcionários, e sim ao governo, já que a obra estava sendo feita com dinheiro público e Madureira era apenas o seu inventor. Ignorava o Ministro que seu antecessor, o Marquês de Maceió, havia dado autorização para que Madureira Pará procedesse por conta própria à contratação de funcionários, fato este também omitido nas correspondências pelo Intendente da Marinha.

Nenhum destes ofícios chegou ao conhecimento de Madureira Pará, os escritos do Ministro e as respostas do Intendente somente seriam vistas por ele quando os ofícios foram publicados no jornal uma semana depois. Ele percebeu que uma conspiração estava em curso, o Intendente do Arsenal desejava pôr fim ao seu trabalho e agia sob a anuência do Ministro Paranaguá. Assim ele se apressou em responder ao ofício recebido e que cobrava o que lhe faltava para terminar a Máquina–Relógio que já estava em construção há mais de quatro anos.

A resposta de Madureira Pará ao Ministro pareceu confirmar todas as acusações que lhe foram imputadas pelo Intendente. Madureira respondeu que já foram gastos na obra mais de 230 contos de réis, sem contar o valor da compra do brigue que custou 12 contos; que seria necessário o gasto de mais 120 contos e mais um ano de trabalho para que, finalmente, a Máquina–Relógio

²⁰ <http://memoria.bn.br/DocReader/706744/6111>.

estivesse pronta para navegar²¹.

Em resposta aos Deputados e ao Imperador, Paranaguá disse que o valor apontado por Madureira para finalizar a máquina não constava nos orçamentos do Ministério e do Arsenal da Marinha daquele ano apresentados ao Legislativo, e só poderia ser conseguido se tal valor fosse retirado de outras obras do Arsenal, que já foram autorizadas pela Assembleia e que, segundo o Ministro e o Intendente, eram indispensáveis ao serviço público²².

Ficou decidido então, por ordem do Marquês de Paranaguá, que o Armazém da Prainha fosse lacrado e todos os trabalhos na Máquina suspensos. E o mesmo ofício dizia que uma comissão fora nomeada pelo Imperador para examinar o atual estado da obra e dar um parecer, onde diriam se a obra devia ou não devia continuar, exigia-se que o exame fosse acompanhado pelo inventor paraense a fim de que ele desse todas as explicações que fossem necessárias.²³²⁴

Compuseram a comissão o Chefe de Esquadra Graduado, Tristão Pio dos Santos, Ex-Comandante do Arsenal da Bahia na época da Guerra da Cisplatina; o Brigadeiro Francisco Cordeiro da Silva Torres, engenheiro luso-brasileiro e professor de engenharia civil da Academia Real Militar do Rio de Janeiro; e o Capitão de Engenheiros Pedro José Pezerat, arquiteto e engenheiro francês e que era o Arquiteto Imperial, que naquele período estava trabalhando na reforma do Paço de São Cristóvão, dando-lhe a aparência neoclássica que ele possuía até o incêndio que o destruiu em 2018.

No dia 11 de fevereiro de 1830, João Francisco de Madureira Pará foi impedido de entrar no Armazém por Luiz da Cunha Moreira que entregava ao inventor as cópias dos ofícios recebidos por ele e enviados por Paranaguá com as suas determinações e as do Imperador. Recebeu também uma cópia da chave do grande cadeado que encerrava as portas do Armazém, uma segunda cópia ficou com a Comissão e a original ficou na posse do Inspetor. Madureira Pará nunca mais entraria

²¹ http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_obrasraras/bndigital1461/bndigital1461.pdf.

²² <http://memoria.bn.br/DocReader/706744/6118>.

²³ <http://memoria.bn.br/DocReader/706744/6130>.

²⁴ <http://memoria.bn.br/DocReader/706744/6131>.

naquele Armazém, apesar de ter vencido algumas batalhas, ele havia perdido a guerra.

Nesta luta desigual, o jovem inventor paraense perdeu o pouco apoio que possuía, enquanto o “Herói da Armada” tinha ao seu lado todo o corpo administrativo do Arsenal e era amigo dos membros da dita “Comissão” que, obviamente, decidiu por extinguir os trabalhos na Máquina, e autorizou a venda do brigue e o derretimento das peças que formavam o grande motor.

Como já dissemos anteriormente, não temos como saber, por meio das fontes, o motivo de ter Luiz da Cunha Moreira ter se empenhado, com tanto vigor, em acabar com a Máquina-Relógio de Madureira Pará e não somente isso, ele também buscou acabar com a reputação do inventor paraense. O poder que tinha no comando do Arsenal, foi vital para a sua empreitada e ele sabia como ninguém manipular esse poder e usar da sua reputação para sair ileso. Mas, não podemos contar esta batalha como mais uma vitória do primeiro-ministro da Marinha Imperial, pois, apesar de todo o seu “poder”, ele era um ser humano, e como tal, era predisposto a cometer erros, e um desses erros foi esquecer que, nas relações de poder, quando você impõe o seu poder sobre o outro, alguém que está acima, pode fazer o mesmo com você.

CORRUPTUS

Apesar do problema da Máquina-Relógio de Madureira Pará ter sido o primeiro item da pauta do Marquês de Paranaguá, o Arsenal da Marinha, e seus funcionários, também seriam alvos da devassa promovida pelo ministro, e suas descobertas, conforme ele enviava seus ofícios de questionamentos para o Intendente, o Inspetor e o Pagador do Arsenal²⁵, o deixaram estarecido.

Em fevereiro de 1830, logo após o embargo da Máquina-Relógio, um ofício publicado no “Diário Fluminense”²⁶ nos dá uma ideia de como as coisas funcionavam no Arsenal da Marinha, sob o controle de Luiz da Cunha Moreira. Neste ofício, o Marquês de Paranaguá cobra do

²⁵ <http://mapa.an.gov.br/index.php/dicionario-periodo-colonial/134-arsenal-real-da-marinha>.

²⁶ <http://memoria.bn.br/DocReader/706744/6146>.

Intendente o pagamento relativo a compra de uma “porção de cabos” ao negociante Henrique Jacob Gerger, no valor de 1:545\$655 réis.

Segundo o ministro, apesar de ter informado verbalmente que já havia recebido os cabos, o Intendente ainda não havia enviado os documentos dando conta de para onde eles tinham sido enviados e qual seria sua utilização. Segue o Ministro dizendo que, os documentos apresentados não falavam sobre o solicitado e diz que o Intendente ou não entendeu a solicitação ou estava, de propósito, tentando distrair o governo para outro objeto, pois o tratado feito com o negociante não cumpria o determinado para a compra de gêneros, havendo apenas uma “fatura de pagamento” que não constava em nenhum dos livros de pagamentos do Arsenal. No final do ofício, o Ministro pede ao Intendente uma “maior circunspeção nos exames das informações” apresentadas a ele e levadas à presença do Imperador, para que se evite irregularidades.

Parece-nos que este pequeno “problema” de pagamento de produtos feito, ou não feito, por Luiz da Cunha Moreira, levantou fortes suspeitas no Ministro da Marinha de que algo muito errado acontecia no Arsenal e que seus três principais funcionários, seguidamente, descumpriam ordens e tentavam ludibriar quem quer que tentasse investigar. Por isso, o Ministro foi ao ataque para tentar descobrir até onde ia esse procedimento e se eles estavam, de alguma forma, lesando o governo.

Por todo o restante do ano de 1830, e ao mesmo tempo em que colocava fim na Máquina de Madureira Pará, o Marquês de Paranaguá enviou uma série de ofícios ao Arsenal, a maioria deles endereçadas ao Intendente, e seguiu as mesmas diretrizes que indicou ao inventor paraense, o ofício era enviado e quase que imediatamente ele era publicado nos jornais do Rio de Janeiro, era essa a forma que o Ministro utilizava para manter o Imperador sempre informado do que estava acontecendo.

No dia 3 de julho foram publicados no jornal "Diário Fluminense" quatro ofícios do Ministro para Luiz da Cunha Moreira. O primeiro tratava da chegada de cal e tijolos, vindos da Bahia, e que se havia mandado recolher ao armazém, o Ministro queria saber se, de fato, isso havia

acontecido, se o pagamento havia sido feito e que utilização foi dada ao material. No segundo ofício, o Ministro queria saber se a Intendência havia recebido do Tesouro Público a quantia de 36:000U000 (36 contos de réis), para a construção de 3 brigues e que deveria ter sido enviados para os portos de Alagoas, Santos e Paranaguá, e quanto cada porto recebeu deste valor. O terceiro trata de uma confrontação de documentos sobre pagamentos feitos e dinheiros pertencentes à Intendência, o Ministro indica que os números não batem e quer saber quais foram as aplicações dos valores faltantes. E o último ofício cobra do Intendente se os marinheiros do “Brigue Pirajá” já foram pagos e, caso não foram, qual é o motivo do atraso²⁷.

Estes ofícios servem para ilustrar a forma como o “Herói da Armada” operava dentro do Arsenal, tudo era mantido em atraso para dificultar o acesso às informações, no ofício sobre o envio dos 36 contos de réis, diz que o recebimento aconteceu no ano de 1827 e em 1830, o Ministério não sabia o que tinha sido feito com o dinheiro. E existem muitos outros ofícios que cobram do Intendente pagamentos não feitos, compras de produtos sem notas e sem que fosse expedida a ordem imperial para tal compra, sumiços de madeiras que deveriam ser usadas nas construções dos navios, que chegavam ao porto, mas nunca chegavam ao Arsenal.

Um desses “atrasos de informação” diz respeito diretamente à João Francisco de Madureira Pará. Quando o inventor chegou ao Rio de Janeiro em 1825 e foi encarregado pelo governo da fabricação da Máquina-Relógio, o governo lhe pagava uma gratificação de 960 réis por ordem de uma portaria publicada em 11 de agosto de 1825. Nos dias finais dos trabalhos na Máquina, antes dele ser suspenso por ordem do Ministro, o inventor informou ao Marquês que já não recebia a sua gratificação desde o ano de 1828 e que nunca a cobrou por não querer ser acusado de estar vivendo às custas do governo. Não encontrando nenhuma ordem imperial de suspensão do pagamento, o ministro cobrou do Intendente, informações sobre tal procedimento e por qual ordem se deixou de

²⁷ <http://memoria.bn.br/DocReader/706744/6558>.

pagar o inventor²⁸.

Fica claro para nós que não existe outra palavra para denominar os procedimentos adotados por Luiz da Cunha Moreira, o Intendente do Arsenal, que não seja *corrupção*, aqui definida como utilização do poder ou autoridade para conseguir obter vantagens e fazer uso do dinheiro público para o seu próprio interesse.

O cerco ao Intendente se apertou ainda mais conforme o Ministro da Marinha avançou sobre os problemas do Arsenal. Pelo menos um caso de sumiço de dinheiro ou material é descoberto pelo Ministro, até mesmo notas falsas, tanto de dinheiro quanto de compras não pagas, são encontradas no Arsenal, e sem acesso ao Imperador, só restava ao Intendente fazer uma reclamação ao Parlamento sobre uma suposta “perseguição” que ele vinha sofrendo por parte do Marquês de Paranaguá²⁹.

Contudo, Luiz da Cunha Moreira ainda é o “Herói da Armada”, aquele que foi o seu primeiro-ministro e o responsável por lhe dar forma e função, mesmo com todas as provas de que o Intendente manipulava um complexo sistema de corrupção dentro do Arsenal da Marinha, a sua pena por tal crime foi ser nomeado pela Regência provisória, Presidente da província do Pará³⁰, no dia 14 de abril de 1831, logo após a Abdicação de Pedro I.

Chega a ser irônico que o algoz de João Francisco de Madureira Pará, tenha recebido como punição, comandar a província onde nasceu o inventor paraense, depois de ter lhe tirado a Máquina-Relógio e acabado com a sua reputação. Mas isso é um bom exemplo de como as relações de poder se davam no Primeiro Império no Brasil e de que formas elas se perpetuam com o tempo, pois enquanto o inventor paraense foi esquecido, virando apenas uma “nota de rodapé” em alguns livros, Luiz da Cunha Moreira iria se tornar Barão e, depois, Visconde de Cabo Frio, teria medalhas com o seu rosto e uma turma da Escola Naval com o seu nome.

²⁸ <http://memoria.bn.br/DocReader/706744/6511>.

²⁹ <http://memoria.bn.br/DocReader/132489/6094>.

³⁰ <http://memoria.bn.br/DocReader/706744/7517>.

Mais irônico ainda é ver que Luiz da Cunha Moreira se negou a sair do Rio de Janeiro e viajar para o Pará e foi recolocado no cargo de Intendente do Arsenal³¹ apenas alguns dias depois de sua “demissão” e continuou com seus esquemas de sumiços de livros, ordens de pagamento e de grandes somas de dinheiro que desapareceram dos cofres da Intendência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste breve relato de uma controvérsia, ocorrida a quase duzentos anos, podemos perceber, ainda que inicialmente, aquilo que Latour chama de formação de grupos opostos, dentro da mesma rede. De um lado está o inventor paraense, Madureira Pará, que traz consigo ninguém mais que o Imperador Pedro I, ou pelo menos ele pensava que possuía tal apoio, o Ministro da Marinha, alguns políticos e jornalistas cariocas. Do outro, e em forte oposição ao inventor, estava Luiz da Cunha Moreira, Herói da Independência, que tinha como grande apoio o Arsenal da Marinha, órgão centenário e de rígida ordem. Vimos surgir a grande trincheira entre estes dois grupos, com cada um deles tentando sempre conseguir mais aliados para o seu lado da batalha.

Este artigo não tem como pretensão mostrar que estava certo ou quem estava errado, nosso foco é mostrar como as relações sociais se desenvolvem dentro da rede e a forma que os atores torcem os seus fios até que a controvérsia seja inevitável, e a batalha tenha início.

Entretanto, não resta dúvidas de que o grande perdedor desta batalha foi o inventor paraense, João Francisco de Madureira Pará, que não conseguiu sustentar seus aliados, e até foi abandonado por alguns, quando viram que o seu invento não iria funcionar, o que acabou com a sua reputação, o seu crédito com a nobreza e com a imprensa carioca, chegando a perder até mesmo a casa onde morava com sua família e muitos dos seus bens, que ele teve que vender para conseguir se sustentar após o embargo da obra. E apesar de ter continuado lutando com o governo até a época dos Regentes para reaver o que havia sobrado da máquina, nada conseguiu de concreto.

³¹ <http://memoria.bn.br/DocReader/332704/285>.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CUNHA, Raymundo Cyriaco Alves da. *Paraenses ilustres*. 3a edição. Coleção História do Pará. Belém: Conselho Estadual de Cultura, 1970.

LATOUR, Bruno. *Ciência em Ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora*. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

_____. *Reagregando o Social: Uma introdução à Teoria do Ator-Rede*. Salvador: EDUFBA, 2012.

NEVES, Bruno C. O. *Do despotismo desmascarado à verdade denodada: a tipografia de João Francisco de Madureira Pará e a gênese da imprensa no Grão-Pará no século XIX (1808 – 1825)*. Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade Federal do Pará, 2014.

PARÁ, João Francisco de Madureira. *O Despotismo desmascarado ou a verdade denodada – dedicado ao memorável dia 1o de janeiro de 1821 em que a província do Grão-Pará deu princípio à Regeneração do Brasil*. Oferecido ao Soberano Congresso da Nação Portuguesa. Lisboa. Tipografia de Desidério Marques Leão, 1822.

_____. *Representação que à soberania nacional dirige João Francisco de Madureira Pará, inventor da nova machina de navegação, em que se demonstra a toda luz a deconnexada connivencia nas inexhaustas tortuosidades com que tem arrostado, sem outras armas que as do seu acrisolado patriotismo*. Rio de Janeiro, Lessa e Pereira, 1832.

_____. *Parallelo das utilidades da nova machina da navegação, da invenção de João Francisco de Madureira Pará a despeito da navegação ordinária, e da de vapor*. Três volumes. Rio de Janeiro, Na Typographia de Lessa & Pereira, 1830.

VENTURINI, Tommaso. *Building on faults: how to represent controversies with digital methods*. Public Understanding of Science, n. 21, p. 796-812, 2012.

VENTURINI, Tommaso. *Diving in Magma: How to Explore Controversies with Actor-Network Theory*. In: Public Understanding of Science. May 29, 2009.